



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1006505-53.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante (Ativo) e representante do Espólio: **Teresinha do Carmo Veltroni Foccorini** (brasileira, viúva, do lar, RG 11.067.814-X SSP-SP, CPF 225.106.238/69, domiciliada e residente nesta cidade na Avenida Miguel Damha, 1.000, casa 109, CEP 13.565-920).  
 Herdeiros: **Elaine Veltroni Foccorini, Jorge Luis Foccorini, Marcelo Alexandre Mathias Foccorini e Rosalba Doria Veltroni Foccorini Lages**  
 Inventariado: **GIORGIO GIROLAMO FOCCORINI** (RNE W300520-U, CPF 026.421.318-15, nascido em Luça Di Vicenza-Itália em 23.10.1930, falecido em 06.06.2014, filho de Marcelo Foccorini e de Genovefa Carolo).

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

As partes (viúva-meeira, herdeiros e testamenteiro) firmaram inicialmente o acordo de fls. 372/387, alvo da sentença de fls. 392/393. O herdeiro/legatário Marcelo Alexandre Mathias Foccorini foi contemplado com os bens discriminados às fls. 380/384, enquanto a vintena do testamenteiro, dr. Aldomiro Pedrino, foi alvo de transação, oportunidade em que lhe foram atribuídos os bens dos itens 1 e 2 de fl. 384. A atribuição feita à viúva meeira e herdeiros/legatários consta do complemento do plano de partilha de fls. 403/412 e tem como objetivo resgatar a unidade da efetivação do plano de partilha, preservado o negócio de fls. 372/387 e a sentença homologatória de fls. 392/393. Face à resolução consensual do referido complemento, HOMOLOGO o plano de partilha de fls. 403/412, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressaltando, é óbvio, a sentença homologatória de fls. 392/393, preservada sua eficácia e efetividade. Há resolução de mérito, nos termos do inciso I, do artigo 487, do CPC.

A publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando a viúva-meeira e os herdeiros a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. Às fls. 414/415 a FESP informou que o ITCMD foi recolhido em consonância com a lei tributária, tendo havido a correspondente homologação administrativa. Observo que a sentença homologatória de fls. 392/393 autorizou o herdeiro/legatário a obter o formal de partilha, o que ora é corroborado. Do mesmo modo o testamenteiro poderá obter o formal de partilha para seu registro imobiliário, não havendo motivo para a lavratura de escritura pública. Mesmo para a efetivação provisória de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

eventual cessão de direitos de compromisso particular de compra e venda – se for o caso -, o formal de partilha, por ter força executiva, é o instrumento hábil a essa finalidade. O formal de partilha permitirá a efetivação do registro em cada matrícula, respeitados, evidentemente, os princípios registrários. Ademais, as providências acima destacadas primam pela economicidade.

Na sentença de fls. 392/393 este juiz determinou que as partes daquela transação listassem os alvarás a serem expedidos para a satisfação das obrigações paralelas decorrentes do negócio jurídico de fls. 372/387. Além do descarte procedido no anterior parágrafo, há alguma outra situação jurídica da transação que exige expedição de alvará ?

Para dar efetividade ao quanto definido pelas partes no plano de partilha ora homologado, concedo **ALVARÁS** para que o **espólio de Giorgio Girolamo Foccorini**, a ser representado pela inventariante **Teresinha do Carmo Veltroni Foccorini** (qualificação das partes no cabeçalho), possa: **a)** sacar no Banco Santander (Brasil) S/A, a integralidade dos ativos existentes na agência 4730, c/c 01.000301-9 e c/c 01.000625-6; **b)** sacar na Caixa Econômica Federal-CEF, a integralidade dos ativos existentes na conta corrente 001.00000071-8, da agência 1998. Esta sentença fará as vezes de instrumentos de alvarás, cujos prazos de validade são de **180 dias**. O Banco Santander S/A e a Caixa Econômica Federal, após darem pleno atendimento à ordem judicial, deverão entregar à inventariante **cópia do termo de encerramento das contas mencionadas nas letras "a" e "b" supra**. Compete aos advogados das partes materializarem esta sentença/alvarás assim que publicada nos autos.

Na sentença de fls. 392/393 este juiz determinou que as partes daquela transação listassem os alvarás a serem expedidos para a satisfação das obrigações paralelas decorrentes do negócio jurídico de fls. 372/387. Além do descarte efetuado

Publique e intemem-se. Oportunamente, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, a não ser que haja necessidade da expedição de outros alvarás não contemplados por esta sentença.

São Carlos, 07 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**